



O Sentido da Maldade na Obra Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal de Hannah Arendt

*Fernando Silveira Melo Plentz Miranda*¹

Resumo

Este estudo tem por objetivo examinar o conceito da expressão banalidade do mal criado por Hannah Arendt após o julgamento de Adolf Eichmann pelo Tribunal de Jerusalém.

Abstract

This study aims to examine the concept of the phrase banality of evil created by Hannah Arendt after the trial of Adolf Eichmann in Jerusalem Court.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Holocausto; Adolf Eichmann; Banalidade do mal.

Keywords: World War II; Holocaust; Adolf Eichmann; Banality of evil.

1 Introdução

Adolf Eichmann foi um nazista entusiasmado, apenas mais um entre tantos milhares que viveram na época do Terceiro Reich, sob o comando de Adolf Hitler e que, de uma forma ou de outra, ajudaram direta ou indiretamente, nos horrores praticados durante a Segunda Guerra Mundial. O holocausto cometido contra judeus e contra todos os indesejados, certamente foi arquitetado e planejado pelo primeiro escalão da organização nazista, sendo certo que Eichmann nunca ocupou cargos além do terceiro escalão da estrutura de poder nazista, uma vez que seu nome jamais ocupou lugar de destaque durante o conflito. Contudo, como muitos nazistas, Eichmann fez com que as ordens fossem cumpridas, com que os horrores fossem perpetrados, e se tornou “conhecido” somente após o término da Guerra, durante o Tribunal de Nuremberg, por um motivo bem simples e muitíssimo humano, ele foi o *bode espiatório* dos nazistas encarcerados pelos Aliados em Nuremberg. Quando o Reich caiu, Eichmann fora feito prisioneiro, mas

¹ Mestre em Direitos Humanos Fundamentais no Unifieo. Especialista de Direito Empresarial pela PUC/SP. Professor do Curso de Direito da FAC São Roque e da Uniso Sorocaba.. Advogado e Administrador de Empresas.

fugiu e se escondeu na Argentina, o que motivou aos ainda encarcerados, que jogassem toda a culpa em Eichmann, que certamente era culpado, mas não fizera nada sozinho.

Ao fugir para a Argentina em 1945, com o auxílio da ODESSA (organização de ex-membros da SS, que auxiliou nazistas em fuga a partir do final da Segunda Guerra Mundial a escaparem da Europa para destinos seguros na América Latina, principalmente Argentina, Uruguai e Brasil), Eichmann deixou na Alemanha a sua esposa e seus três filhos, passando a viver de forma simples e humilde em um dos subúrbios de Buenos Aires, com documentos falsos, época em que era conhecido como Richard Klement, sustentando-se com um modesto emprego em uma fábrica da Mercedes-Benz. Após alguns anos de uma nova vida, a sua esposa e seus filhos mudaram-se para a Argentina, onde fora gerado o quarto filho do casal. Porém, aparentemente a vida humilde e sem brilho lhe cansou, ele começou a “aparecer”, o que possibilitou ao Mossad (Serviço Secreto Israelense) localizar Eichmann e preparar a sua captura. Esta ocorreu no dia 11 de maio de 1960, quando a pretexto de uma cerimônia diplomática, o governo de Israel enviou uma representação em um avião fretado vindo diretamente de Israel. O Mossad planejou capturar Eichmann na noite em que o avião do governo de Israel estivesse no aeroporto de Buenos Aires, sedá-lo, vestir-lhe com uniformes da companhia aérea e, com o auxílio de documentos falsos, enganar as autoridades argentinas. De fato, o plano ocorreu sem incidentes e Eichmann fora seqüestrado pelo Mossad em pleno território argentino, embarcado no avião e entregue às autoridades israelenses em Israel no dia seguinte. Iniciou-se, então, o chamado Tribunal de Jerusalém, em que Adolf Eichmann seria julgado pelos crimes que cometera contra o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial, julgamento este acompanhado por Hannah Arendt, filósofa judia-alemã, que fora perseguida pelos nazistas, aprisionada, mas que conseguira fugir do seu cativeiro e radicar-se nos Estados Unidos da América do Norte, onde continuou a sua vida acadêmica e, após a prisão de Eichmann, fora escalada pela revista New Yorker para cobrir o julgamento que ocorreria em Jerusalém daquele ex-nazista, que culminaria com a redação de um livro e com a criação da expressão *banalidade do mal*. O presente



escrito tem como objetivo narrar a obra de Hannah Arendt, analisando cada um dos seus capítulos, sendo que cada um dos itens corresponde a um capítulo da obra.

2. A Casa da Justiça ²

O julgamento de Eichmann era uma questão política, que envolveu o Governo do Estado de Israel, especificamente o Primeiro Ministro Ben-Gurion, que desejava ter um nazista julgado em público, perante um tribunal de Judeus, pelos crimes cometidos contra a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial. Desejava, ainda o Primeiro Ministro israelense que, a partir de então, outros criminosos nazistas fossem encontrados, desentocados e, posteriormente, julgados. Portanto, não se tratava de um julgamento de um nazista foragido, mas sim uma forma de propaganda política do Estado de Israel, que almejava que os horrores cometidos pelos nazistas não fossem esquecidos. Sob este aspecto, o julgamento de Eichmann fora bem sucedido, posto que em função deste, uma série de nazistas e as histórias dos seus crimes, foram revelados com os conseqüentes julgamentos (muito embora, a maioria daqueles nazistas que foram desentocados na Europa, tivessem penas brandas, em função da passagem do tempo – prescrição – e também, pelo fato de que muitos ex-nazistas ocupavam cargos de destaque na sociedade européia – sejam em cargos de governo, sejam em funções privadas – nos anos 1960).

Após a captura de Eichmann, ocorreu a formação do Tribunal, com sua estrutura composta por 3 juízes Israelenses, um advogado alemão de defesa e a estrutura primária de tradução, em que o acusado e seu advogado falavam uma língua diversa do Tribunal. Muito embora os juízes tivessem educação na língua alemã, havia a tradução simultânea do israelense (hebraico e ídiche) para Francês, Inglês e Alemão, sendo que a tradução para o alemão era sofrível, tendo por vezes a intervenção do juiz para melhor tradução entre acusação e defesa.

² ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 13-31.



3. O acusado³

Na primeira parte do capítulo, a autora discorre sobre a posição de Eichmann⁴ diante do julgamento, com as suas afirmações de que não tivera nada a ver com o assassinato de judeus, pois nunca matara nenhuma pessoa, fosse judeu ou não judeu. Porém, na longa instrução processual, fatos foram apresentados no sentido de que Eichmann trabalhara na *Solução Final* dos judeus, ou seja, na deportação destes para campos de extermínio. A única acusação contra Eichmann era por uma suposta – e não provada – ordem de fuzilamento de judeus na Sérvia em represália contra a morte de soldados alemães. Nota-se que Eichmann era um burocrata, ou seja, recebia ordens e fazia cumpri-las, de forma eficiente; logo, fazia cumprir as ordens de deportação e emigração do povo judeu dos territórios ocupados. Contudo, conhecia a realidade a que estava inserido, uma vez que sabia que a emigração levaria a morte todas aquelas pessoas. Então, a questão é moral, posto que Eichmann estava lidando com a deportação de seres humanos que seriam mortos, mas, obedecendo e fazendo cumprir as leis do Reich (dentro do espírito positivista, Eichmann estava obedecendo as leis vigentes, muito embora, possam ser consideradas imorais). Por este motivo, Eichmann foi avaliado por vários psicólogos, sendo que todos atestaram sua normalidade, pois não era tido como um psicopata, um sádico louco anti-semita, como muitos outros ex-nazistas. Desta forma, Eichmann procurou desenvolver sua defesa pela questão moral, sendo que ninguém lhe deu atenção, nem os juízes, nem o promotor, nem mesmo seu próprio advogado.

³ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 32-47.

⁴ Somente após os julgamentos dos nazistas no Tribunal de Nuremberg, que puniu pouquíssimos à pena de morte por enforcamento, notadamente apenas os integrantes do primeiro escalão do estado nazista, o nome de Adolf Eichmann passou a ser notório, dada a sua ausência no Tribunal. Criou-se uma mítica de que Eichmann era um louco sanguinário, carrasco de milhões de judeus e que teria, praticamente sozinho praticado o holocausto. Hannah Arendt desconstrói esta mítica, demonstrando que Eichmann era um burocrata medíocre, um homem confuso em seu raciocínio lógico, que deturpava fatos e acontecimentos históricos, mas que, infelizmente, só desejava fazer seu trabalho bem feito para tentar ser reconhecido como eficiente pelos seus superiores hierárquicos.



Na segunda parte do capítulo, é descrita a ascensão profissional de Eichmann que, poderia ser tido como um homem mediano, que teve problemas de adaptação escolar (não era um bom aluno, nem mesmo no ensino profissionalizante, uma vez que não encerrou seus estudos). Levava uma vida mediana, como vendedor na Alemanha e, depois, na Áustria, onde alguns anos depois, viria a se filiar no partido nazista. Mantinha relações próximas com judeus, que inclusive lhe ajudaram a arrumar um emprego na Áustria. Quando os nazistas conquistam o poder na Alemanha, o partido nazista na Áustria torna-se irregular e Eichmann, que ficara sem emprego, ingressa nos quadros militares do partido nazista, começando a carreira militar como soldado. Ele tentara uma vida glamorosa, mas não conseguira. Não era tido como um nazista fanático, mas ingressara na estrutura do partido. Mas, uma vez que estava inserido no partido, quando Himmler organizou a estrutura das SS, Eichmann se candidatou a uma vaga, que lhe marcaria a vida.

4. Um perito na questão judaica ⁵

Neste capítulo, Hannah Arendt narra a ascensão de Eichmann dentro da estrutura do partido nazista, especialmente na SS. Foca na questão judaica na Alemanha, das leis anti-semitas e na perseguição aos judeus, muito embora, enfatize que, *a priori*, as leis anti-semitas parecessem uma forma de estabelecer uma divisão entre pessoas, algo como uma lei que de fato, existindo, passasse a tutelar o que de fato já ocorria, uma separação entre judeus e não-judeus.

Eichmann iniciou a sua carreira na SS em postos inferiores, com o passar do tempo passou a galgar posições superiores, uma vez que era bom “organizador e negociador”, fazia bem as funções burocráticas. Nestes postos, começou organizando a documentação sobre atividades de grupos secretos, principalmente sobre a maçonaria.

⁵ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 48-68.

Uma vez que realizara bem as suas funções, começou a trabalhar na organização dos assuntos relativos aos judeus, passando a estudar o assunto sionista e o anti-semitismo. Eichmann então passou a organizar a questão da “emigração forçada” dos judeus nos territórios do Reich, primeiramente na Áustria. Nesta localidade, conseguiu emigrar 45 mil judeus em 8 meses, na Alemanha foram 19 mil no mesmo período, tendo conseguido tais números, organizando os serviços de burocracia para os judeus (que antes de Eichmann, tinham que percorrer inúmeros prédios, conversar com várias pessoas e que demorava muito tempo, sendo que a validade dos primeiros documentos prescrevia; com Eichmann, tudo era resolvido no mesmo prédio, no mesmo dia, em que um judeu no início do dia tinha bens e no final deste mesmo dia tinha um passaporte e mais nada). Destaca-se que, tais facilidades fomentavam a corrupção. Salienta-se que, ao que se demonstra na obra, a idéia inicial, ao menos de Eichmann e da população em geral, não era de extermínio, mais de deportação dos judeus europeus.

Neste mesmo capítulo, nota-se que Eichmann de fato era uma pessoa sem muitos atributos intelectuais, que crescera na carreira mas que não chegara ao topo e que, utilizava as idéias dos outros como próprias (algo como um plágio), sempre se vangloriando de tais circunstâncias, como se tais idéias fossem suas. Eichmann usava muitos bordões, palavras e frases prontas, sendo que de fato, ao que parece, ele tinha dificuldades de memória sem conseguir (psicologicamente) se colocar diante dos fatos reais que participou, narra a autora que Eichmann estava mais para palhaço do que para monstro diante do Tribunal de Jerusalém.

5. A primeira solução: expulsão⁶

No comando do escritório de deportação de judeus em Viena, Eichmann trabalhara no sentido de organizar a emigração de judeus para a Palestina e para o Leste europeu, fosse uma emigração oficial, fosse clandestina. Ao trabalhar com a questão judaica, Eichmann se especializara cada vez mais na questão sionista,

⁶ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.69-81.



trabalhando e entendendo os judeus. Saliente-se que, de início, a emigração era uma solução aceitável por ambos os lados, do estado Alemão e da comunidade judaica, sendo certo que as organizações judaicas colaboravam com o Estado, na identificação dos judeus e no esforço de emigração.

A emigração, contava com alguns empecilhos, notadamente a emigração para a palestina, que era controlada pela Grã-Bretanha. De qualquer forma, muitos judeus acabaram emigrando para a Palestina, a um alto custo, perdendo de 50 a 95 % das suas propriedades, pois os judeus deveriam abrir uma conta bancária bloqueada na Alemanha, depositar todo seu dinheiro, que eram enviados à Palestina em forma de produtos produzidos na Alemanha, bens “made in Germany”. Em função do posto e das relações com judeus, chegou a ser convidado para ir a Palestina e, realmente foi, acompanhado por um jornalista nazista (mais como espião do que realmente para verificar os assentamentos judaicos), contudo, pouco depois de chegar, as autoridades britânicas os deportaram para o Egito.

Na sua fraca compreensão da realidade e no seu profundo esquecimento (lembrava-se apenas de fatos relevantes com relação a sua carreira profissional, demonstrando fraca memória), Eichmann gabava-se de ter “salvado” milhares de judeus, uma vez que os ajudara a emigrar para fora da Europa. Contudo, estas versões não foram consideradas no Tribunal, pois ele não se lembrava de fatos relevantes e o seu advogado não levou à Corte as testemunhas que, talvez, pudessem colaborar com o acusado.

Como um bom burocrata, Eichmann transformou o escritório de assuntos judaicos e de emigração de Viena em um exemplo para todo o Reich, que serviu de modelo para os demais departamentos, inclusive o de Berlim. No período de 1937 a 1941, Eichmann fora promovido de segundo-tenente a capitão e, logo após, a tenente-coronel. Ele progredira rápido na carreira, mas estagnara. Os assuntos judaicos de emigração, bem ou mal, eram promissores, mas, com o início da Guerra em setembro de 1939, com a invasão da Polônia pelo exército alemão, a emigração cessou, não havia mais para onde enviar os judeus; além disto, com a ocupação completa das tropas alemãs na Polônia e na

Tchecoslováquia, o Reich tinha que lidar com mais dois ou dois milhões e meio de judeus (os governos destes países, mesmo antes da Guerra, também estavam implementando políticas de emigração de judeus). Com a deflagração do conflito, Eichmann fora enviado para o escritório de Berlim, que antes poderia ser uma promoção, mas com a Guerra já não era mais. Se a situação de não emigrar mais os judeus permanecesse, Eichmann perderia o emprego, pois não havia mais o que se fazer, sem emigrações, o setor não teria porque existir.

6. A segunda solução: concentração ⁷

A questão política e de organização do Estado Nazista deve ser sempre abordada nos estudos sobre o Holocausto, para o devido entendimento do funcionamento organizacional do Reich, em que imperava a sobreposição de poderes, onde vários setores existiam e competiam entre si. No início da Guerra, por um decreto de Himmler, todas as polícias do Reich foram unificadas, inclusive as SS e a Gestapo, sendo criados vários departamentos e uma organização confusa, sobreposta, que tende a desorganização, em que “todos” mandam. Esta estrutura altamente burocrática e com poderes sobrepostos, gerou uma distorção, em que todos os setores tinham um certo poder, inclusive com relação a solução judaica. Anos mais tarde, nos julgamentos de Nuremberg e em outras situações, os nazistas sempre diziam que não eram culpados, mas sim os outros, de outros setores, sendo que entre os próprios nazistas de setores diferentes, havia intriga, inveja, disputa, etc.

No julgamento de Eichmann em Jerusalém, tais hipóteses foram levantadas pela defesa, que argumentava que a solução final dos judeus era um caso médico, posto que os assassinatos tinham uma supervisão médica.

Com relação às emigrações, mesmo com o início da Guerra, Eichmann continuava trabalhando com a hipótese de êxito do plano Madagascar, que consistia na emigração de todos os judeus do Reich para a ilha de Madagascar, na África, com a conseqüente criação de um estado policial controlado pelos

⁷ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 82-97.



alemães para que os judeus tivessem a sua terra. Não sabemos ao certo se Eichmann realmente acreditava que este plano daria certo, mas é fato que estava fadado desde o início ao fracasso: primeiro porque a ilha era uma colônia francesa, segundo porque os oceanos eram controlados pela Grã-Bretanha e em tempos de Guerra, os navios alemães certamente não conseguiriam chegar até lá (além, é claro, da enorme questão logística), e, terceiro, porque a ilha é pequena de mais para abrigar milhões de pessoas.

De qualquer forma, o plano Madagascar foi uma boa desculpa, para ocultar as verdadeiras intenções dos líderes nazistas, que era o extermínio físico dos judeus. Com uma boa desculpa, os nazistas poderiam reunir os judeus em guetos ou cidades, para depois “deportá-los”.

Com a conquista da Polônia, este território foi dividido, a parte oeste passou a integrar o Reich, já a parte leste permaneceu como território, com um governo alemão. Como a parte leste da Polônia não integrava o Reich, os judeus começaram a ser enviados para lá, região que depois abrigaria os campos de extermínio. Deve-se destacar o fato relevante de que, perto dos campos de extermínio, grandes fábricas foram construídas, que utilizavam mão-de-obra escrava. Destaca-se também, que os judeus poloneses, desde o início da Guerra, já eram assassinados, para eles, não havia sequer o engodo da emigração.

A banalidade e a rotina do extermínio dos judeus era tanta, que Eichmann lembrava-se nitidamente de um encontro com um comandante militar da Eslováquia, dos jantares e até de um jogo de boliche, mas não lembrava dos milhões de judeus que estavam sendo “deportados” para o leste, que depois, seriam exterminados nos campos de concentração. As pessoas dos altos postos nazistas, o primeiro escalão do qual Eichmann nunca tomou parte, jamais levaram a sério o projeto Madagascar, desejavam desde o início a concentração e o extermínio.

7. A solução final: assassinato ⁸

⁸ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 98-127.



Ao iniciar a Guerra contra a União Soviética, no dia 22 de junho de 1941, o alto comando do Reich decidiu implementar uma idéia antiga, que era a eliminação física de todos os judeus, além dos indesejáveis. Ficou claro que, depois da ocupação, os comunistas, judeus e demais indesejáveis que sobrevivessem, seriam sumariamente eliminados. Estes planos estavam restritos aos altos cargos do Reich, mas, evidentemente, foram repassados a toda a hierarquia do Estado, sendo que Eichmann certamente foi um dos primeiros homens de médio escalão a saber destas ordens diretas de Hitler.

A questão toda fora envolvida pelo segredo e pelo sigilo, em que as palavras eram utilizadas com muito cuidado, sendo que toda a idéia de extermínio pode ser reduzida pela expressão utilizada na época, que era *Solução Final*.

Ao saber das ordens, Eichmann fora enviado ao leste para verificação e elaboração de relatórios sobre as atividades da solução final. Conheceu campos de extermínio, onde as pessoas eram fuziladas ou mortas em caminhões de gás (as pessoas eram mortas pelo gás carbônico emitido pelo escapamento dos caminhões). Presenciou poucos eventos desta natureza, quase sempre ao final, e demonstrou não ser forte o suficiente para presenciar tais eventos, pois não era um militar, não era do front, era tão-somente um burocrata.

Muito embora Eichmann não participasse diretamente do extermínio, nunca se recusou a ser partícipe, como poderia ter deixado de ser, solicitando uma transferência, por exemplo. A sua defesa no Tribunal de Jerusalém, trabalhara na hipótese de “ato de Estado”, que restou vencida, uma vez que Eichmann era conhecedor do destino a que as pessoas que eram “transferidas” sofreriam, pois conhecera os campos de extermínio e nada fizera.

Saliente-se que, a esmagadora maioria da população do Reich ou era nazista ou era complacente com o Estado nazista, mas que havia a questão da resistência alemã, já que em 1944, quando alguns opositores de Hitler tentaram derrubá-lo, o movimento que reunia alguns dissidentes e descontentes do regime, fossem homens de origem política ou militar e que não eram organizados, sendo certo que a pouca organização do movimento ocorrera em função da liderança de Klaus Von Stauffenberg. Seja como for, este movimento de resistência era em



função de questões políticas e morais, não importando a questão do extermínio dos judeus e dos indesejáveis (narra a autora que, inclusive, se o movimento tivesse tido êxito, alguns dos líderes estavam diretamente envolvidos com a solução final).

Fica nítido o sentimento da época em que as pessoas sabiam muito bem que no Reich havia a solução final através das câmaras de gás, sendo que tal prática era visto pela população como uma forma de “morte misericordiosa” (a propaganda e sentimento da época incutiram este sentimento em toda a população), portanto, um “assunto médico”. Eichmann tinha esta visão distorcida da realidade, em que o assassinato passou a ser chamado de “morte misericordiosa”. Nos interrogatórios no Tribunal em Jerusalém, Eichmann demonstrara este sentimento, de que as SS faziam um trabalho de morte misericordiosa sendo que ele somente mostrou indignação quando uma testemunha disse que ele havia matado um judeu com as próprias mãos.

Deve-se salientar que a solução final, no final de Guerra, havia sido levado a todos os indesejáveis, inclusive soldados alemães feridos de guerra, que vinham do front leste (Rússia), que eram assassinados pois não haviam condições de serem tratados. Desde o início da Guerra, os doentes mentais e outros indesejáveis estavam sendo mortos nos hospitais da Alemanha, gerando protestos e algumas reclamações formais da população contra o Estado, que cancelou tais atividades no Reich. Mas, esta mesma estrutura, mais tarde, fora montada no Leste, onde ninguém reclamou.

8. A conferência de Wannsee, ou Pôncio Pilatos⁹

No dia 20 de janeiro de 1942, realizou-se uma Conferência dos Subsecretários de Estado, particularmente esta, atualmente, é chamada de conferência de Wannsee¹⁰. Nesta ocasião, os subsecretários de Estado se

⁹ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 128-151.

¹⁰ Esta conferência foi realizada em na mansão, a de número 56 da Am Grossen Wannsee, Vila de Wannsee, no arredores de Berlim. Atualmente este local é um museu, onde se encontram os resquícios históricos da referida conferência.



reuniram para efetivarem e implementarem as regras de extermínio, ou a Solução Final. Sabia-se que para levar a cabo o extermínio de milhões de pessoas, um grande esforço do Estado deveria ser levado adiante. Além dos Ministros, toda a estrutura pública é composta de muitos funcionários de médio e baixo escalão, além disto, há a opinião pública, que deve ser manipulada. Deste modo, regras – leis – deveriam ser criadas, que de fato foram, para adotar a Solução Final.

Na conferência de Wannsee, homens de alto escalão estavam presentes e todos, sem exceção, gostaram da solução final e a apoiaram. Nesta conferência, Eichmann era o homem de menor posto, que serviu apenas como um secretário, ouvindo as decisões sem sequer ser perguntada a sua opinião. Anos depois, em Jerusalém, o próprio Eichmann lembrando desta conferência, acalmaria a sua consciência pelo fato de que naquele momento, todos os presentes que tinham poder de decisão, foram unânimes em implementar a Solução Final.

A partir desta reunião, os planos e metas gerais para a implementação da Solução Final foram implementadas, sendo certo que toda a sociedade colaborou, de uma forma ou de outra, para que as ordens fossem cumpridas, culminando com o assassinato de milhões de judeus e demais indesejáveis. Algumas leis foram criadas para que os judeus fossem identificados e segregados, depois as leis determinavam que eles se tornariam apátridas, o que permitia que todos os seus bens fossem confiscados pelo Estado. Mais tarde, seriam encaminhados aos campos, em que os mais fortes eram selecionados para trabalho escravo (inclusive no trabalho da própria máquina de extermínio), enquanto os demais eram mortos imediatamente.

9. Deveres de um cidadão respeitador das leis ¹¹

Interessante que, no julgamento de Eichmann em Jerusalém, ele invocou os princípios de Kant (Crítica da razão pura) com relação a ser um bom e exemplar seguidor das leis, uma vez que cumprira com todas as leis a que estava subordinado.

¹¹ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 152-167.

Hannah Arendt, de forma sucinta, explica que Kant nunca desenvolvera uma forma de pensamento na qual as pessoas deveriam seguir cegamente as leis, explica que Kant dizia que todo homem é um legislador no momento em que começa a agir, logo, deve ter consciência de seus atos, usando a expressão *razão prática*, o homem encontra os princípios que poderiam e deveriam ser os princípios da lei.

Percebe-se que os ideais de Kant foram desvirtuados, diante de um positivismo cego, em que a vontade de Hitler era a vontade do Estado, ou seja, a vontade pessoal de Hitler era a lei. Se a lei é para ser cumprida, não haveria mal algum em determinar que milhões de pessoas fossem mortas pelo Estado. Contudo, a lei, bem como o seu cumprimento, eram imorais, o que contraria o pensamento de Kant.

Deve-se destacar, ainda, que no Leste, alguns países que tinham governos Pró-Nazistas, como a Hungria, que também eram anti-semitas, os judeus estavam sendo exterminados pelos cidadãos locais, supervisionados pelos nazistas alemães. Os judeus foram sistematicamente assassinados durante toda a Guerra nos locais dominados, direta ou indiretamente, pelos nazistas, com a industrialização das formas de matar a partir de 1942, lembrando que neste momento histórico, a Europa continental fora dominada e se curvara frente aos nazistas, parecendo que estes poderiam vencer a Guerra. Mas, com o passar do tempo, com o ingresso direto dos Estados Unidos da América no conflito, após as sucessivas derrotas do exército alemão na União Soviética, operou-se uma virada no curso da Guerra e a derrota da Alemanha era esperada e tida como certa no outono de 1944, ocasião em que alguns nazistas começaram a “cuidar” de alguns judeus, quando o próprio Himmler, em audiência com Eichmann, teria dito que os judeus eram seu passaporte para a “segurança” e que deveriam doravante tornarem-se “enfermeiras” dos judeus.



10. Deportações do Reich – Alemanha, Áustria e o Protetorado ¹²

A total eliminação dos judeus de uma determinada região foi definida por Hannah Arendt como o início do final do mundo. É claro que este processo ocorreu primeiramente o centro do Reich, que em 1942 compreendia a Alemanha, a Áustria e o Protetorado; para, depois, alcançar o resto do Reich.

No período entre a Conferência de Wannsee e as ordens de Himmler em 1944 (em que tentaria se esconder a Solução Final), Eichmann esteve diretamente ligado a deportação e emigração dos judeus que ainda viviam nos domínios do Reich. Portanto, durante a Guerra, Eichmann trabalhou no sentido de enviar todos os indesejáveis judeus para o Leste, tornando o Reich um território denominado *judenrein* (livre de judeus), conforme as vontades de Hitler. Com a sua metodologia e organização, Eichmann ajudara o Estado nazista a conseguir tal façanha macabra, muito embora houvesse muitos problemas, envolvendo a logística em tempos de Guerra e, principalmente, a superposição de postos hierárquicos e setores na administração do Estado. Ainda assim, no dia 30 de junho de 1943, o Terceiro Reich¹³ foi declarado oficialmente *judenrein*.

11. Deportações da Europa Ocidental – França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Itália ¹⁴

Em todos os países sob dominação nazista, a deportação dos judeus passou a ser implementada. Na França, que estava dividida entre o governo de Paris e de Vichy¹⁵, negociou-se que a deportação dos judeus começaria pelos

¹² ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 168-179.

¹³ O Primeiro *Reich* (Império) compreende o período do Sacro Império Romano-Germânico de 843 a 1.806, o Segundo *Reich* fora constituído após a unificação da Alemanha em 1.871 e terminaria com a derrota na Grande Guerra em 1.918, e, o Terceiro *Reich* seria constituído na era nazista, de 1.933 a 1.945.

¹⁴ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 180-199.

¹⁵ Vichy é o nome de uma cidade, uma instância termal muito conhecida na França e que, já na época da Guerra, possuía muitos hotéis. Por possuir acomodações para um grande número de pessoas e não possuir nenhuma estrutura militar, foi escolhida como sede do novo governo francês, após a derrota francesa para as forças nazistas em 1940. A França fora dividida em dois governos, o norte ocupado e governado pelo exército alemão, que dominiava Paris; o sul manteve um governo autônomo francês, praticamente desmilitarizado, o chamado governo de Vichy.



judeus apátridas (o que era bem visto pelos franceses da época, que tinham nos judeus apátridas um estorvo), para em momento posterior, deportar-se os judeus franceses. De fato, muitos judeus apátridas foram deportados para o Leste, contudo, os franceses não tinham idéia de que, de fato, os judeus estavam a caminho da morte. Com o passar do tempo, a realidade foi surgindo, o que levou que os franceses a negarem a deportação dos seus judeus nacionais e complicassem a deportação dos apátridas.

Nos demais países europeus ocidentais, a situação de deportação de judeus também seguiu, de uma forma ou de outra, do mesmo jeito. Os judeus foram deportados, mas como os países estavam ocupados, os nazistas tinham que ter apoio das autoridades locais para efetivar as deportações, o que passou a ser um problema para os nazistas, tendo em vista a relutância dos nacionais em ajudar os nazistas, pois perceberam que se tratava de assassinato em massa.

12. Deportações nos Bálcãs – Iugoslávia, Bulgária, Grécia, Romênia ¹⁶

A questão das deportações nestes países passa invariavelmente, pela formação destes Estados. Todos surgiram no pós-Primeira Guerra Mundial e, uma vez que suas fronteiras foram definidas pelas nações vitoriosas, estes países não surgiram como os países do Oeste, os povos eram constituídos de várias populações diferentes.

Desta forma, a maioria dos governos locais, saudou a Alemanha nazista, uma vez que prometiam a anexação de grandes e extensos territórios, principalmente na Iugoslávia e na Bulgária.

Em alguns países, como na Iugoslávia e na Croácia, as deportações e assassinatos de judeus operaram-se nos moldes desejados pelos nazistas. Em outros países, como na Bulgária, por exemplo, poucos foram os assassinatos ou deportações, tendo em vista que os governos locais criaram leis de conversão ao cristianismo e a proibição de deportações de convertidos.

¹⁶ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 200-213.



Percebe-se, portanto, que o mal praticado contra os judeus em toda a Europa ocupada pelos nazistas, ocorreu não apenas pelas mãos destes, mas também por muitos dos locais, que igualmente aos alemães, eram anti-semitas. Neste sentido, o mal se banalizou, os nazistas incentivaram, e os locais que eram alinhados, caso dos iugoslavos e croatas, partiram para a disseminação dos assassinatos em massa contra os judeus.

13. Deportações da Europa Central – Hungria e Eslováquia ¹⁷

Na Hungria, a questão da Solução Final passou por uma fase diferenciada das ocorridas nos demais países. Este país possuía um governo que era uma Monarquia sem Rei, em função da sua história política. Eichmann teve seu trabalho facilitado na Hungria, uma vez que conseguiu mobilizar de forma rápida e eficiente a máquina de extermínio do Reich, com o apóio local.

Contudo, a partir da Hungria, houve a disseminação das notícias do extermínio do povo judeu em campos de concentração. Vários trens com judeus deixaram a Hungria rumo aos campos de extermínio, sendo que Auschwitz, comandado por Hoss, preparou-se para o extermínio de 6 a 12 mil pessoas por dia, construindo um novo ramal ferroviário para que os trens parassem praticamente na porta das câmaras de gás, aumentando a sua capacidade para dar conta do “serviço” que viria da Hungria.

A operação de deportações na Hungria começara em 1944, época em que já se sabia que a Alemanha seria derrotada e pouco antes da decisão de Himmler de destruir os campos de extermínio para parecer que eles não tivessem existido. Ainda assim, as deportações dos judeus húngaros começaram, matando milhares que, talvez, se tivessem permanecido na Hungria, sobrevivessem. Contudo, depois de 2 meses do início, as deportações húngaras foram interrompidas, tendo em vista que os Aliados, especialmente o presidente Roosevelt, ameaçou severos bombardeios na Hungria, caso as deportações continuassem. Além disto, o Vaticano e outros países neutros protestaram diante da catástrofe judaica, levando

¹⁷ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 214-226.



o governo húngaro a cessar as deportações. Poucas semanas antes do Exército Vermelho dominar a Hungria, os nazistas derrubaram o governo local e instituíram outro governo, fascista anti-semita. Depois da ocupação soviética na Hungria, os responsáveis foram julgados, condenados e executados.

Com relação a Eslováquia, este era um pequeno país europeu, pobre e atrasado, com fortes origens cristãs, sendo que, desde o início da Guerra, se alinhara com a Alemanha, para conquistar uma maior autonomia. Havia poucos judeus residentes na Eslováquia. Mesmo assim, após a visita de Eichmann em 1942, 52 mil judeus foram deportados e enviados aos campos de extermínio no Leste. Mas, ainda restavam cerca de 35 mil judeus. Estes foram identificados e encaminhados a guetos. Porém, o governo local, já em 1944, recusou-se a deportá-los. Houve uma revolta no país, em agosto de 1944, contra a dominação Alemã, sendo que o exército nazista sufocou o levante e dominou rapidamente a Eslováquia. Desta forma, os nazistas continuaram a deportação dos judeus eslovacos. Quando o Exército Vermelho dominou Bratislava, talvez apenas 15 mil judeus tenham sobrevivido à catástrofe.

14. Os centros de extermínio no leste¹⁸

O Leste, para os nazistas, compreendia uma extensa parte territorial da Europa, que compreendia desde a Polônia até a Rússia ocupada. Esta enorme extensão territorial, era dividida em 4 seções administrativas, que se concentrava o maior número de judeus da Europa à época.

Durante o julgamento de Eichmann em Jerusalém, a questão da acusação era provar que este fora responsável pela morte dos judeus durante a Solução Final. A defesa, inclusive, chegou a argumentar que os juízes, por serem judeus, não estariam em condições de realizar um julgamento imparcial. Com relação a imparcialidade dos juízes, esta foi repelida pelo Tribunal, uma vez que os mesmos, ainda que judeus, declararam-se juízes profissionais. Com relação a acusação, esta seguiria a linha de que as maiores barbáries e extermínios

¹⁸ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 227-240.

ocorreram no Leste, sendo que Eichmann, como o responsável pelo transporte (logística), tinha conhecimento do que de fato estava ocorrendo.

Assim, o que fora apresentado perante o Tribunal de Jerusalém, em face de Eichmann, foi que este, enquanto um perito dos assuntos sobre os judeus, nada interferira sobre a implementação da Solução Final, uma vez que no Leste não havia a necessidade de “separar” os judeus, de emigrá-los; no Leste, logo após a sua detenção, eles eram imediatamente eliminados, assassinados.

Desta maneira, a acusação norteou-se pelo fato de que os judeus que viviam no Reich eram segregados, deportados para campos de extermínio e depois assassinados, tudo como uma forma de camuflar a eliminação física de milhões de judeus; mas, no Leste situação era diferente, ao serem identificados, os judeus não eram segregados, eles simplesmente eram sumariamente assassinados, geralmente a tiros e postos em valas comuns.

Sendo Eichmann o responsável pelas deportações, ele sabia que os judeus que eram identificados no Leste não estavam sendo deportados, pois não haviam ordens de deportações, não foram organizados comboios de transferência de judeus do Leste para os campos de concentração. A lógica da acusação foi a de demonstrar no Tribunal que Eichmann conhecia as ordens da Solução Final, logo, se os judeus deveriam ser eliminados também no Leste e, nesta região não havia segregação, significava que os judeus estavam sendo mortos nos próprios locais em que viviam.

15. Provas e testemunhas ¹⁹

Durante as seções realizadas pelo Tribunal de Jerusalém, para oitiva das testemunhas, que duraram alguns meses e ouviram muitos sobreviventes do holocausto, dois depoimentos se destacaram.

O primeiro foi o de Zindel Grynszpan, que narra a sua deportação para a Polônia, juntamente com a sua família e outras 12 mil pessoas. Narração trágica,

¹⁹ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 241-254.



dramática, sincera e rápida, pois em 10 minutos, a testemunha narrou os fatos que acabaram com 27 anos da sua existência.

Outro testemunho importante foi o de Abba Kovner, que narrou a vida na Guerra do sargento do exército Alemão Anton Schmidt, que ajudara os judeus poloneses que estavam na guerrilha, com equipamentos e armas, sem receber nada em troca, nem mesmo dinheiro. O sargento Schmidt, que posteriormente foi descoberto e executado, foi uma exceção, em meio a um sentimento geral de submissão do povo, que não ajudava os judeus ou qualquer dos indesejáveis. Infelizmente, a história do sargento Schmidt, assim como das outras pessoas que ajudaram judeus, são exceções, uma vez que reinava entre o povo alemão a situação de que ajudar seria praticamente inútil, pois não resolveria o problema, além disto, aqueles que ajudavam os judeus e fossem descobertos, eram punidos, na maioria das vezes, com a morte.

16. Julgamento, apelação e execução ²⁰

No final da Guerra, Eichmann recebera uma última ordem de Himmler, enquanto estava em Berlim, que era selecionar judeus importantes e levá-los para a Áustria, para serem reféns e servirem de moeda de troca com os Aliados. Realizada esta tarefa, recebera ordens de organizar um pelotão de guerrilha, o que de fato fez, mas de nada adiantara, pois, após a organização com homens que não tinham treinamento militar, recebera ordens de não lutar contra Americanos ou Ingleses, tão-somente contra soviéticos. Como no local onde Eichmann estava não fora dominado por soviéticos, ele e seus homens se renderam e foram feitos prisioneiros. Sem ser identificado por utilizar documentos falsos, permaneceu junto com outros alemães, presos e, depois, fugiu. Viveu algum tempo na Áustria e com a ajuda de um franciscano e da ODESSA, fugiu para a Argentina.

Diante de tudo o que fora exposto ao longo dos dois anos de julgamento, com inúmeras provas do holocausto, o Tribunal condenou Eichmann a morte por

²⁰ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 255-302.



enforcamento. Contudo, é de se destacar que em nenhum momento fora feita prova contra o acusado de que ele teria praticado o assassinato de algum ser humano, na verdade, a defesa pautou-se nesta linha e a acusação não provou nenhum homicídio cometido por Adolf Eichmann pelas suas próprias mãos. A sua condenação fora embasada no fato comprovado de que ele organizara e ajudara a organização do estado nazista a praticar o assassinato de milhões de judeus. Diante da condenação, a defesa ofereceu um recurso, bem como um pedido de clemência. Ambos julgados de forma extremamente rápida, justamente para que a defesa não tivesse condições de fazer nada (o advogado de defesa sequer estava em Israel quando da publicação do julgamento do recurso). Assim, Eichmann fora conduzido à força e executado, seu corpo cremado e as cinzas jogadas ao mar em águas internacionais, no Mar Mediterrâneo.

Encerrando a obra, Hannah Arendt afirma que ao obedecer às ordens que lhe foram dadas pelo alto escalão do estado nazista, Adolf Eichmann passou a obedecer cegamente, portanto a apoiar, uma ideologia política em que o Estado dizia quais seres humanos eram dignos da vida e quais deveriam ser mortos, quem deveria habitar o mundo e quem deveria ser exterminado, ideologia esta desassociada a toda humanidade; assim, seria justo a humanidade desejar se ver livre do convívio no planeta de Eichmann.

A questão colocada após a execução de Eichmann, por Hannah Arendt é que, muito embora alguns tenham criticado o seqüestro do acusado, a formação do Tribunal de Jerusalém e até mesmo a condenação de Eichmann, ninguém questionou a forma da execução da pena, não pela pessoa do réu, mas contra a pena de morte.

17. Considerações Finais

Antes mesmo do término da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma corrida entre os Aliados pelos espólios de guerra dos alemães, principalmente aqueles relacionados à tecnologia bélica desenvolvida pelos cientistas nazistas. Com o suicídio de Adolf Hitler e a consequente queda do Terceiro Reich, em 1945, a Alemanha, seria dividida pelos Aliados e a Europa passaria a ser diretamente

influenciada pelas duas grandes potências, militares e econômicas, que emergiram após o conflito, os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que passariam a disputar ferrenhamente a hegemonia do poder mundial, disputa esta que mais tarde seria conhecida como Guerra Fria.

Em 1945, todos os horrores ocorridos durante a Guerra foram revelados publicamente, dentre eles o holocausto contra o povo judeu. Assim, na cidade de Nuremberg, Alemanha, fora criado um Tribunal para julgar os nazistas por crimes de guerra e também por uma nova categoria de crimes, os tidos como contra a humanidade. É certo que o holocausto fora iniciado a partir da Solução Final, ideal concebido pela mente doentia de Adolf Hitler, mas mesmo assim, fora implementado por muitas pessoas da sociedade alemã da época. Contudo, poucos nazistas foram presos e julgados em Nuremberg uma vez que a acusação apresentou apenas 117 acusações perante o Tribunal, sendo que a maioria fora condenado a penas restritivas de liberdade, e por pouco tempo, com 12 condenações à pena de morte por enforcamento.

Encerrado os julgamentos do Tribunal de Nuremberg em 1946, o holocausto do povo judeu passou a ser gradativamente esquecido em virtude dos novos cenários políticos mundiais e da polarização do planeta em dois regimes econômicos, o capitalismo e o comunismo. Neste cenário geopolítico mundial, os políticos do recém criado Estado de Israel, pretendiam que o holocausto não fosse esquecido e, ainda na década de 1950, passaram a caçar nazistas que haviam fugido da Europa após a derrota alemã e se refugiaram em outros locais do mundo, principalmente na América Latina. Este trabalho de espionagem israelense surtiu efeito quando Adolf Eichmann fora localizado e identificado na Argentina, resultando no seu seqüestro em território argentino pelos integrantes do Mossad, com a conseqüente criação do Tribunal de Jerusalém.

Portanto, podemos concluir, e a obra de Hannah Arendt segue neste sentido, que o Tribunal de Jerusalém foi um tribunal político, com a intenção notória de resgatar a memória dos crimes cometidos contra o povo judeu pelos nazistas durante a vigência do Terceiro Reich. Neste sentido, o Tribunal de

Jerusalém foi um sucesso, pois expôs um ex-nazista foragido à mídia mundial e, assim, trouxe ao tribunal o testemunho de muitos dos sobreviventes, revelando novamente, e desta vez de forma perpétua, o holocausto contra o povo judeu. Mas, sob outros aspectos, o da legalidade e legitimidade, o Tribunal de Jerusalém foi alvo de muitas críticas, uma vez que um ex-nazista fora seqüestrado no território de outro Estado o que feriu a soberania da Argentina, fora julgado por leis que não existiam na época dos fatos (esta foi a defesa de todos os nazistas, também em Nuremberg), além de ser julgado por um tribunal de judeus, o que obviamente impacta na imparcialidade do julgamento.

Seja como for, o Tribunal de Jerusalém ocorreu e já se tornou um fato histórico, sendo relevante para a validade do Tribunal que, a partir do julgamento de Eichmann, os relatos dos perseguidos e sobrevivente foram reunidos com a consequente preservação da memória do holocausto.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.